

Apresentação

O Conselho Editorial da Revista Série Estudos, do Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, decidiu pela organização de um dossiê sobre “Política, Gestão e Financiamento da Educação”, levando em conta a relevância do tema e a importância de se compreender as políticas públicas educacionais. Entende-se, neste sentido que: “Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente (AZEVEDO, 1997, p. 5).

Assim, professores e pesquisadores de diferentes estados e instituições brasileiras, atendendo à proposta desse Conselho, encaminharam artigos com reflexões e análises, relacionados à temática escolhida, reunidos nesse dossiê. Considera-se que os temas aqui apresentados possibilitam uma visão das contradições inerentes à definição das políticas educacionais brasileiras no contexto global de transformações econômicas e sociais, acirradas pela crise do capital, ao longo das últimas décadas do século XX.

Como primeiro artigo, denominado “Globalização e Estado: as iniciativas de transnacionalização da educação”, Carlos Henrique de Carvalho e Wenceslau Gonçalves Neto, professores da Universidade Federal de Uberlândia, discutem criticamente a influência dos organismos Internacionais multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, entre outros), no atual contexto do capitalismo, caracterizado pelo avanço da globalização econômica, financeira e comercial, no sentido de direcionar e influenciar as políticas educacionais dos países em desenvolvimento, de modo específico, as políticas educacionais implementadas pelo Estado brasileiro, na década de 1990.

No texto seguinte “Perspectivas da Gestão Democrática da Educação na Elaboração de Políticas Públicas: a constituinte escolar de Mato Grosso do Sul”, Vera Maria Vidal Peroni, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com uma importante reflexão sobre a gestão democrática da educação, relata a proposta de gestão educacional discutida no processo de Constituinte Escolar, no estado de Mato Grosso do Sul, no período de junho de 1999 a junho de 2001.

O tema referente à gestão é também objeto de discussão do artigo intitulado “A Gestão Educacional em Perspectiva Histórica: em foco o estado da questão em Mato Grosso do Sul”, da professora Nilce Aparecida da Silva Freitas Fedatto, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A autora discorre sobre a trajetória da gestão educacional no Brasil, apresentando um diagnóstico relativo à situação de Mato Grosso do Sul, em dois momentos: o primeiro, no âmbito do sistema estadual de ensino e, o segundo, no âmbito do sistema municipal de ensino.

Com o título “Divisão do Estado de Mato Grosso do Sul e o Movimento de Municipalização do Ensino na Década de 1980”, Nadia Bigarella, da UNAES – Faculdade de Campo Grande e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP), faz um resgate histórico da política de municipalização do ensino de 1º grau (hoje, ensino fundamental), como componente essencial da política de descentralização do ensino em Mato Grosso

do Sul, desde sua implantação em 1979, no governo do primeiro governador do estado, Harry Amorim até a gestão do governador Marcelo Miranda Soares (1986 – 1990).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), entendido como expressão da política educacional empreendida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que instituiu a obrigatoriedade de unidades executoras, como entidades de direito privado, para o repasse direto de recursos às escolas, é tema de discussão de três artigos de pro-fessores, que integram um grupo nacional de pesquisa. O primeiro estudo com o título “Implicações do Público não Estatal para a Gestão Escolar Democrática, pelas Vias do Programa Dinheiro Direto na Escola”, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, da Universidade Federal do Pará, objetiva analisar a relação existente entre o público não-estatal e a gestão escolar democrática, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), enfatizando o papel das unidades executoras, no caso, os conselhos escolares em Belém/PA.

No segundo estudo “Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Contexto de Redefinição do Papel do Estado”, Maria Ângela Bariani de Arruda Fachini, professora e técnica pedagógica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e Regina Tereza Cestari de Oliveira, professora da Universidade Católica Dom Bosco, analisam o referido Programa no contexto da Reforma do Estado, materializada no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), descrevendo o processo de implantação desse Programa e a constituição de unidades executoras, via Associação de Pais e Mestres (APM), nas escolas públicas das redes municipal e estadual de ensino de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2002.

No terceiro estudo “O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como Política Educacional do Estado Contemporâneo”, Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves, Rosana Evangelista da Cruz, professores da Universidade Federal do Piauí e Liliene Xavier Luz, professora da Universidade Estadual do Piauí, ao discutirem a relação entre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a atuação do Estado Brasileiro, destacam o PDDE como exemplo de política focalizada e pontual, que explicita as ações dos governos que adotaram a política neoliberal nos Estados contemporâneos. Relacionam, também, o PDDE e Fundescola, em suas ações e vínculos, propondo “que tanto o Fundescola quanto o PDDE operacionalizam os propósitos do Estado neoliberal da contemporaneidade, quais sejam: a eficiência, a administração gerencial, a desregulamentação”.

O dossiê se completa com os artigos que trazem à tona o financiamento da educação. Com o título “Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Financiamento do Ensino Médio”, Terezinha Pereira Braz, professora da UNAES - Faculdade de Campo Grande e técnica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, discute a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no financiamento para o ensino médio, tomando como referência as políticas expressas no “Programa Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)”, no estado de Mato Grosso do Sul.

Os professores da Universidade Federal do Paraná, Andréa Barbosa Gouveia, Ângelo Ricardo de Souza e Ana Lorena de Oliveira Bruel, a professora da Rede Municipal de Curitiba e da UNICENP, Monica Ribeiro da Silva, juntamente com Isabelle Alves Soares, Acadêmica de Pedagogia da UFPR e bolsista de iniciação científica (IC-UFPR), no artigo “Os efeitos das reformas educacionais no financiamento da educação: análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas no Estado do Paraná, Brasil” apresentam alguns resultados da pesquisa

denominada “Levantamento do Custo Aluno em Escolas com Condições de Qualidade no Estado do Paraná”, realizada no ano de 2004, analisando esses resultados no contexto das reformas educacionais implementadas no decorrer dos anos 1990, enfatizando, de modo especial, um dos elementos norteadores da política educacional brasileira, ou seja, a descentralização de recursos para a escola.

Por fim, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o título “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em Dourados, MS – Acompanhamento do Impacto e Avaliação (1998 a 2000) apresenta e analisa, com riqueza de dados econômico-financeiros e educacionais, extraídos de fontes oficiais, resultados da pesquisa sobre a implantação e Impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério–FUNDEF, no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul.

A expectativa é que esse dossiê, pelas análises e apreciações críticas, contidas nos seus artigos, possa ser de grande utilidade a todos os professores e pesquisadores interessados no aprofundamento da discussão sobre as políticas públicas educacionais, entendidas no âmbito das políticas sociais, que se constituem estratégias governamentais, expressas em planos, programas, projetos, resoluções, entre outros.

Concorda-se com a afirmação de que:

Se é certo que as políticas educacionais são organizadas ou reorganizadas pelo Estado no sentido de responder às mudanças qualitativas do mundo da produção capitalista e da expansão do capital, também é certo que elas passam a ser objeto de demanda das classes trabalhadoras em busca do saber socialmente produzido (SANFELICE, 2003, p. 167).

Na atual forma histórica do capitalismo, em nome do que se denomina “crise do Estado”, preconizada pela ideologia neoliberal, verifica-se o recuo desse Estado no que diz respeito à implantação e implementação de políticas sociais, mas não, obviamente, no que diz respeito aos interesses do capital. A sociedade civil, por sua vez, continua a sua pressão, por exemplo, pela garantia do acesso de todos à escola, nos diferentes níveis e etapas de ensino, assim como pela sua permanência, pela gestão escolar participativa, pela ampliação e distribuição equitativa de recursos públicos, enfim, pela definição de políticas sociais e conseqüente construção de uma sociedade mais democrática.

Regina Tereza Cestari de Oliveira
Professora da UCDB e Organizadora do Dossiê

Referências:

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SANFELICE, José Luis. Estado e política educacional. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: UnC, 2003.